

Como a Imprensa trabalha com o tema violência sexual infanto-juvenil: estudo dos portais Folha de São Paulo e The New York Times¹

Guilherme OSINSKI²

Julius NUNES³

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR

RESUMO

O jornalismo pode ser um grande aliado no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. Assim, busca-se compreender quais conhecimentos um jornalista deve ter ao abordar o assunto, que atitudes tomar e como fazer para os casos de violência sexual serem conhecidos. O papel do jornalismo torna-se fundamental para dar voz às vítimas e famílias, e garantir que os crimes sejam solucionados e os criminosos punidos.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; violência sexual; crianças; adolescentes.

Esse trabalho tem como objetivo realizar um estudo sobre como a imprensa trabalha o tema violência sexual infanto-juvenil, por meio da análise de conteúdo veiculado em dois portais online de notícias: a Folha de São Paulo e o jornal americano The New York Times. Foram escolhidos portais de comunicação porque o jornalismo praticado na internet possui características específicas que o destaca de outros, como fácil acesso e compartilhamentos. Palacios (1999) afirma que outra característica do jornalismo online é a memória, uma vez que a internet torna mais fácil o acúmulo de informações. Para a execução deste trabalho foram utilizadas diversas metodologias: como pesquisa descritiva e análise de conteúdo e discurso de matérias, publicadas pelos portais online da Folha de São Paulo e do The New York Times.

Contextualização da violência sexual

A violência sexual é um crime bastante recorrente no Brasil. Por exemplo, em matéria publicada pelo Portal Online UOL, em 18 de maio de 2015, foi informado que o Disque 100, serviço gratuito de denúncia via telefone do governo federal, registrou ao

¹ Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo, do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 26 a 28 de maio de 2016.

² Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Jornalismo da PUCPR, email: guiosinski94@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da PUCPR, email: julius.nunes@pucpr.br

menos três queixas de abuso e exploração sexual por hora no ano de 2014. Abuso sexual, de acordo com a ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância), consiste na situação na qual o corpo de uma criança ou adolescente é utilizado para a prática de atos de natureza sexual, e a exploração, por outro lado, é entendida como a atividade que explora crianças e adolescentes com o intuito de conseguir lucro financeiro.

Já em outra reportagem publicada pelo jornal Gazeta do Povo, no dia 23 de março de 2014, era afirmado que na época os hospitais que fazem parte do SUS no Paraná atendiam em média 20 crianças por dia vítimas de crimes sexuais. Entre as causas da violência sexual infanto-juvenil, a ANDI (2013) dá destaque para a pobreza e desigualdade, uma vez que normas, ideias e códigos sociais valem menos para os que são excluídos da sociedade e desfavorecidos economicamente; à perda da proteção social, pois crianças e adolescentes que não tem a proteção da família e dos pais ficam mais vulneráveis aos crimes sexuais; à cultura machista presente na sociedade brasileira e também à impunidade da justiça do país. Segundo Silveira (2007), muitos dos casos de violência sexual acontecem dentro das casas das vítimas, normalmente causado pela figura do pai ou do padrasto. Como consequência desses atos de violência sexual, Silveira, afirma que são divididas em físicas, emocionais, sexuais e sociais, podendo durar para o resto da vida das vítimas. As consequências podem ser em curto prazo, com sintomas como mal-estar no corpo, distúrbios alimentares, distúrbios de sono, depressão e baixo auto-estima, ou podem ser também em longo prazo, como tentativas de suicídio, uso de drogas e álcool e comportamento agressivo e antissocial (SILVEIRA, 2007).

O jornalismo como aliado no combate à violência

Algumas teorias do jornalismo podem ser muito úteis de serem estudadas antes de trabalhar com um tema tão delicado como o da violência sexual infanto-juvenil. Por exemplo, é importante estar por dentro da teoria do agendamento, explicada pelo autor Felipe Pena. De acordo com Pena (2007), essa linha de pensamento apoia a ideia de que as pessoas geralmente consideram mais importantes os temas que são veiculados na imprensa, como se os meios de comunicação agendassem as conversas da sociedade como um todo. Pena (2007), afirma que a teoria do agendamento não tem a intenção de persuadir ninguém, e sim influenciar as pessoas sobre que assuntos elas devem refletir. Dessa maneira, fica

claro que quando a imprensa noticia casos de abuso e exploração sexual o público tende a debater o assunto.

Felipe Pena também cita outras duas correntes do jornalismo que estão ligadas à temáticas sociais: o jornalismo de resistência e o jornalismo cívico. O primeiro tem a função de resistir à concepção mercadológica do jornalismo e está ligado ao papel social da profissão. “O jornalista de resistência consegue dar um enfoque comunitário e mais democrático à reportagem sem abandonar a objetividade e outros valores de uma grande redação” (PENA, 2007, p.171). Por outro lado, o jornalismo cívico tem foco na lealdade com o cidadão e atua como reforçador da cidadania, melhorando o debate público e revendo a vida pública. O jornalismo cívico tem como ideais combater a objetividade, deixar de ser apenas um observador e ser um participante justo e não tratar o público como consumidor, mas sim como cidadão (PENA, 2007). Ou seja, são duas práticas jornalistas que podem ser importantes de serem compreendidas para combater a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Jornalistas trabalham sempre com valores-notícia de seleção, ou seja, critérios utilizados ao selecionar os acontecimentos que mais tarde se tornarão notícia. Os valores-notícia funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo assim o que realçar, o que omitir e o que priorizar na construção da notícia. Portanto, devem também ser levados em conta pelos jornalistas ao redigir uma matéria sobre violência sexual infanto-juvenil (TRAQUINA, 2005).

Os direitos da infância e o direito do Jornalismo

Marôpo (2015) relata como a Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ) sugere que os meios de comunicação cubram fatos relacionados aos direitos da infância. De acordo com a organização a mídia deve prezar pela privacidade das crianças e proteção das identidades possibilitando que expressem suas opiniões nos veículos de comunicação, e também averiguar as consequências da publicação para evitar prejuízos à integridade das vítimas.

É fundamental também que jornalistas estejam cientes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em julho de 1990. O ECA permite que crianças e adolescentes ao redor do Brasil sejam protegidas integralmente, o que é enfatizado no artigo 7º: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência,

discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por acaso ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. O artigo 17 do ECA implica que crianças e adolescentes não podem ter violada a integridade física, psíquica e moral, porém, quando um caso de abuso ou exploração sexual ocorre todos esses direitos são desrespeitados. Já o artigo 18 determina que “é dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”.

Ao trabalhar com uma matéria sobre violência sexual infanto-juvenil, a ANDI (2013) aconselha que os jornalistas evitem descrições detalhadas do crime. Pelo contrário, é importante focar em reportagens investigativas, que podem combater o abuso sexual e a exploração sexual, as duas principais formas de violência desse tipo:

reportagens investigativas que denunciam os aliciadores, apontam redes de exploração, revelam as formas de aliciamento de crianças e adolescentes e indicam as condições a que estão submetidos são as que mais geram resultados. Além de informar os leitores sobre o problema, ajudam a detectar sinais de aliciamento e servem de evidências para a abertura de inquéritos, a investigação de crime e a consequente responsabilização dos autores (ANDI, 2013, p.49).

Ainda de acordo com a ANDI (2013), é importante prestar atenção com o uso das palavras. Palavras inadequadas podem ocasionar o reforço de preconceitos, estereótipos e tabus que escondem a violência sexual contra crianças e adolescentes. Por exemplo, o termo “menor” deve ser evitado e substituído por “crianças e adolescentes”, “meninos e meninas”, “garotos e garotas”. A justificativa é que a palavra menor tem sentido pejorativo. Outras expressões que devem ser evitadas são “prostituição infantil”, “menores que se prostituem e meninas prostitutas”. No caso, deve-se fazer o uso das expressões “exploração sexual de crianças e adolescentes”, “exploração sexual infanto-juvenil”, “exploração sexual de meninos e meninas” e “crianças e adolescentes em situação de exploração sexual”, visto que a palavra prostituição reforça a ideia que a criança e adolescente está sendo vítima de violência sexual por vontade própria, como se elas consentissem com a situação (ANDI, 2013).

Lage (2001) cita em um de seus trabalhos o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, aprovado em congresso da categoria, e que é constituído por 27 artigos. De acordo com Lage (2001), o artigo 13 do Código de Ética determina que o profissional de jornalismo deve evitar divulgar fatos com interesse de favorecimento pessoal ou vantagens econômicas, de caráter mórbido e contrário aos valores humanos, e o artigo 14 implica que o jornalista deve ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, todas as pessoas objeto de

acusações não comprovadas e tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações divulgadas. Ambos os artigos podem ser úteis para jornalistas que estejam trabalhando com matérias de violência sexual, assim como o artigo 15, que diz que "o jornalista deve permitir o direito de resposta às pessoas envolvidas ou mencionadas na matéria, quando ficar demonstrada a existência de equívoco ou incorreções" (LAGE, 2001, p.93-94).

O código de ética dos Jornalistas Brasileiros evidencia que a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo confere ao jornalismo um compromisso com a responsabilidade social que já é característico da profissão. De acordo com o código de ética, o jornalista tem o direito de resguardar o sigilo da fonte, o dever de defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, divulgar fatos e informações que sejam de interesse público, não colocar em risco a integridade das fontes entrevistadas e respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão e defender os direitos do cidadão, colaborando para a promoção das garantias individuais e coletivas, especialmente os direitos das crianças, adolescentes e mulheres. Todos esses são princípios que podem muito bem servir como base ao produzir uma reportagem sobre violência sexual infanto-juvenil (LAGE, 2001).

Os crimes de violência sexual também acontecem em outros países, inclusive nos Estados Unidos. A *Minnesota Coalition Against Sexual Assault* (MNCASA) (2013) faz diversas observações sobre como jornalistas devem se comportar quando a pauta for a violência sexual infanto-juvenil. A MNCASA (2013) afirma que é muito importante que a mídia preste atenção à quantidade de detalhes revelada nas reportagens. Nas palavras da organização, detalhes sobre o agressor, como a descrição da pessoa, como foi obtido acesso ao local do crime e se alguma arma foi usada podem ser relevantes para a história. Por outro lado, detalhes sobre a vítima, como por exemplo, vida privada, hábitos, maneira de se vestir e aparência física, podem fazer com que a vítima seja culpada e responsabilizada pelo crime sexual sem uma contextualização ou explicação. Exemplos de detalhes que podem ser prejudiciais às vítimas caso reportadas erroneamente são que a vítima estava vestida de maneira provocativa, que a vítima era atraente, que nenhum tipo de arma foi usado, nenhum sinal de lesões físicas, a vítima estava alcoolizada e que em um momento anterior a vítima concordou em fazer sexo com o agressor (MNCASA, 2013).

Metodologia da Pesquisa

O presente trabalho se baseou em três metodologias básicas de pesquisa: descritiva, análise de discurso e análise de conteúdo. Franciscato (2001) afirma que umas das formas de pesquisa utilizadas em jornalismo é a pesquisa descritiva. Isso acontece quando o pesquisador tenta conhecer e interpretar a realidade, mas sem qualquer interferência para modificá-la. Desse modo, o pesquisador mostra interesse em descobrir e observar fenômenos, buscando a descrição, classificação e interpretação desses acontecimentos. Assim, é possível compreender a natureza desse fenômeno e os processos que o constituem (FRANCISCATO, 2001).

Já segundo Limberti e Andrade (2013), a análise de discurso procura compreender como o texto significa, de qual maneira os sentidos presentes no texto se combinam para formar o discurso, além de entender as estratégias discursivas que fazem com que o discurso tenha determinado significado. Segundo as autoras, um discurso também pode conversar com outro discurso presente no texto. Ringoot (2006) também trabalha com o conceito de análise de conteúdo, que segundo a autora, tem o objetivo de evidenciar os assuntos e os temas mais importantes contidos nas mensagens midiáticas.

Por fim, Ringoot (2006) afirma que a análise de conteúdo normalmente usa a quantificação de itens como idéia principal, como por exemplo, a contagem da repetição de certas palavras ou até mesmo família de palavras.

Discursos presentes em matérias, artigos de opinião e editoriais sobre violência sexual

De acordo com as autoras Limberti e Andrade (2013), existem três tipos de discurso quando o assunto é a exploração sexual infanto-juvenil: de enfrentamento, de responsabilização e de prevenção. A intenção nesse trabalho é observar quando esses tipos de discursos aparecem nas matérias sobre abuso sexual infanto-juvenil. Segundo as autoras, o discurso de enfrentamento é caracterizado por matérias que incentivam a mobilização e a sensibilização da sociedade, encorajando as pessoas a denunciar casos de exploração sexual, de modo que os cidadãos sejam parceiros no combate ao problema. Nas palavras de Limberti e Andrade:

o discurso do enfrentamento constitui-se principalmente de falas das chamadas fontes institucionais, ou seja, polícia, secretaria de assistência social, comitês de enfrentamento da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes, serviços de atendimento às vítimas. Seus discursos são marcados por enunciados politicamente corretos, falas treinadas e afinadas com a terminologia mais aceita por quem atua na área, bem como preocupadas em contextualizar a violência, apontando causas e conseqüências (ANDRADE, LIMBERTI, 2013, p. 132-133).

Além dessas particularidades, o discurso de enfrentamento geralmente traz dados e estatísticas que tem a finalidade de dar mais credibilidade ao texto, assim como salientar a importância de a sociedade aderir o combate à violência sexual (ANDRADE, LIMBERTI, 2013).

Por outro lado, o discurso de responsabilização é geralmente formado pela junção dos discursos policiais e jurídicos. Limberti e Andrade (2013), citam que o discurso de responsabilização muitas vezes traz citações de artigos de códigos e leis, relato de materiais apreendidos, informações sobre multas e prisões e a descrição de como aconteceu a ação dos policiais. Esse tipo de discurso costuma ter como fontes autoridades policiais, Ministério Público e pessoas que atendem vítimas de violência sexual. Reportagens que usam o discurso de responsabilização como base normalmente utilizam palavras como "punição", "denunciados", "combater", "suspeita", "busca e apreensão", "repressão" e "mandados", com o intuito de relembrar o leitor da importância de punir agressores sexuais de crianças e adolescentes.

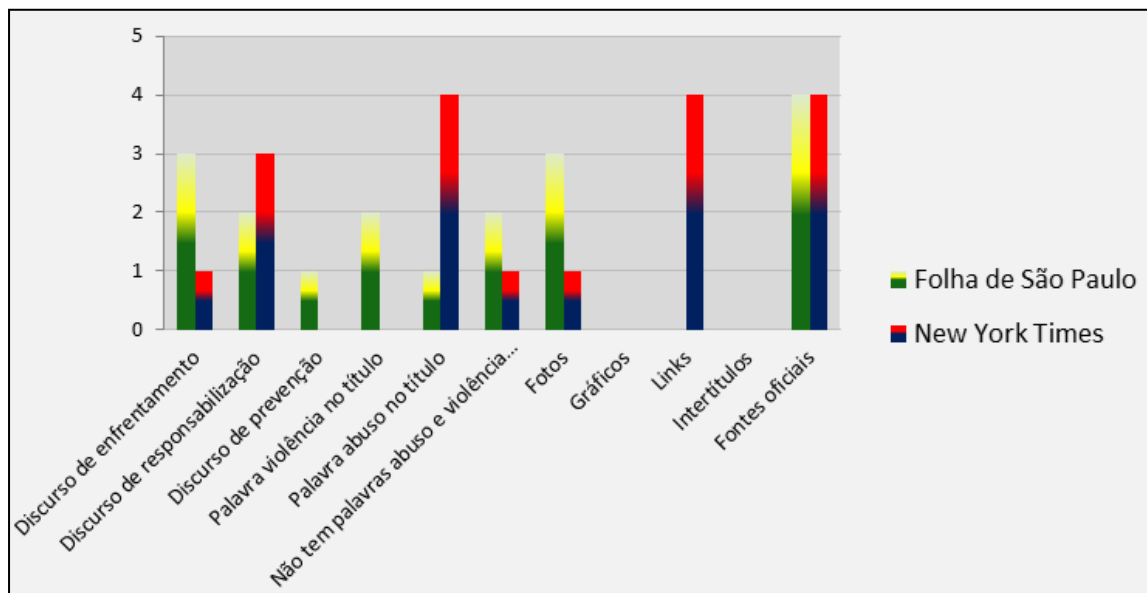
Por fim, existe o discurso de prevenção, que informa atividades de atores sociais como juiz, promotoria e polícia cujas atitudes têm como objetivo evitar práticas que possam ocasionar crimes sexuais contra pessoas com menos de 18 anos. "São enunciados com presença marcante dos sentidos de que a polícia, o Judiciário, o Ministério Público e os Conselhos Tutelares são os únicos responsáveis pelo enfrentamento da violência sexual praticada contra meninos e meninas. E que os próprios adolescentes, e até mesmo a sociedade, não são capazes de protegerem-se ou desenvolverem ações para redução da violência" (ANDRADE, LIMBERTI, 2013, p. 138).

Segundo Limberti e Andrade (2013), o discurso de prevenção é caracterizado por uma estrutura formada pela indicação de ações que possam proteger crianças e adolescentes, convocação de famílias e também da sociedade para que esses avaliem as ações tomadas pela polícia, Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar e justificação das ações através da revelação de dados que provem os inúmeros casos de denúncias e casos de violência, principalmente por meio da internet.

Dessa maneira, o trabalho teve como foco a observação dos tipos de discursos utilizados em 5 reportagens dos portais online da Folha de São Paulo e do The New York Times, totalizando 10 matérias, buscando verificar qual o enfoque da matéria, se é de enfrentamento, responsabilização ou prevenção. As matérias foram selecionadas a partir do buscador de ambos os sites, utilizando palavras chaves como abuso sexual e também violência sexual, verificando-se que optando pela primeira opção de palavra chave foram encontradas mais reportagens.

A metodologia usada foi a descrita por Limberti e Andrade sobre os tipos de discursos nas matérias de violência sexual e também a quantificação explicada por Ringoot. Foi pesquisado a fundo se essas reportagens realmente possuem as características específicas dos presentes nas matérias sobre violência sexual infanto-juvenil. Ao mesmo tempo, foi analisado se esses materiais têm links que fornecessem características do jornalismo online teorizadas por Palacios (1999), como a memória, que torna mais fácil o acúmulo de informações. Além disso, observou-se se as matérias, artigos de opinião e editoriais têm a presença de fotos, gráficos e intertítulos, assim como quais são as fontes utilizadas, se são oficiais ou não, e a estruturação do título, buscando-se observar se as palavras violência e abuso estão presentes na construção do enunciado.

Gráfico 1 – Análise dos portais Folha de SP e NY Times



FONTE: OSINSKI, 2016.

Considerações sobre o gráfico

A partir do gráfico anterior é possível perceber que a teoria sobre os discursos de enfrentamento, responsabilização e prevenção é coerente. O discurso de enfrentamento está em três das cinco matérias da Folha de São Paulo, mostrando que no jornal brasileiro é comum falas que incentivam a denúncia dos casos de violência sexual infanto-juvenil. Exemplo disso se encontra na reportagem “Professores da USP criam rede de combate à violência sexual”, do dia 28 de abril de 2015, e que apresenta o discurso de enfrentamento, como mostram os trechos: “A expectativa é que, com mecanismos de proteção e apuração mais eficazes, as denúncias aumentem e os episódios sejam evitados”, que incentiva o aumento do número de denúncias, e “Outra ação será produzir campanhas de conscientização com materiais alertando sobre consentimento e respeito e temas correlatos”, o que mostra uma busca por um maior envolvimento da sociedade no combate à violência sexual.

Já no New York Times esse tipo de discurso foi encontrado somente uma vez, na matéria “*U.N envoy draws on her past in Sierra Leone to help abused women*”, em tradução livre “Enviada da ONU baseia-se em seu passado para ajudar mulheres abusadas em Serra Leoa”. O discurso de enfrentamento nessa reportagem foi encontrado no trecho “*According to Ms. Bangura’s latest report, 45 armed groups around the world, both government forces and rebels, use sexual violence as a weapon. Among those, three jihadist groups issued statements denying the accusations, which at least shows that they are paying attention, she said*”, em tradução livre “de acordo com o último relatório da Senhora Bangura, 45 grupos armados ao redor do mundo, forças de governo e rebeldes, usam violência sexual como arma”. Esse trecho apresenta estatísticas sobre abuso sexual, uma das características do discurso de enfrentamento.

O discurso de responsabilização, por outro lado, foi mais comum no jornal americano, sendo encontrado em três das cinco reportagens analisadas, enquanto que na Folha de São Paulo esse tipo de discurso foi localizado duas vezes. Ou seja, são comuns matérias que possuem discursos policiais e jurídicos, e que ao mesmo tempo trazem informações sobre multas e prisões, características marcantes do discurso de responsabilização. Situação oposta do discurso de prevenção, encontrando somente no portal online da Folha de São Paulo, mostrando que seu uso ainda não está em evidência.

Com relação aos títulos, a palavra violência foi encontrada duas vezes no portal da Folha de São Paulo e nenhuma vez no New York Times. Por outro lado, a palavra abuso foi encontrada quatro vezes no portal americano contra uma vez no portal brasileiro. Por fim, duas reportagens da Folha e uma do New York Times não tinham nem a palavra abuso e nem a palavra violência em seus títulos. Mesmo assim, foi constatado que é comum a utilização dessas palavras nos enunciados das matérias, até como uma maneira de deixar muito claro qual o assunto que será tratado e qual o enfoque dado.

Entre os outros elementos analisados nas matérias sobre abuso sexual infanto-juvenil nos portais online, não foram encontrados gráficos e intertítulos em nenhum dos jornais. Fotos e links foram muito mais comuns nas construções das reportagens, com fotografias sendo utilizadas em três das cinco matérias da Folha de São Paulo e em uma das cinco reportagens do New York Times. Os links foram muito mais usados no portal americano, uma vez que quatro das cinco matérias tinham esse tipo de elemento, enquanto no jornal brasileiro eles não foram utilizados.

Finalmente, as fontes oficiais foram elemento comum a ambos os portais. Tanto na Folha como no New York Times quatro das cinco reportagens tinham fontes oficiais como personagens das matérias, como Polícia e Ministério Público, o que traz mais credibilidade à reportagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da análise do gráfico é possível concluir que a teoria a respeito dos tipos de discurso em matérias de violência sexual infanto-juvenil realmente se aplica na prática, pois esses tipos de discursos foram encontrados ao menos uma vez nos materiais analisados. No Brasil é possível afirmar que há uma preocupação em fazer com que a sociedade seja uma aliada no combate à violência sexual, já que o discurso foi o mais presente nas reportagens analisadas. Por outro lado, jornal americano New York Times possibilita maior acúmulo de informações do que o veículo brasileiro, já que com a maior presença de links o leitor tem a chance de acessar matérias feitas anteriormente sobre o mesmo assunto.

Abordando essa temática da maneira correta, o jornalismo realmente pode ser fundamental no combate aos crimes sexuais. Para isso acontecer, é necessário estar por dentro do Código de Ética da profissão e também do Estatuto da Criança e do Adolescente, principalmente para evitar erros que podem ser prejudiciais às vítimas, que já passam por

um trauma muito grande. É importante estar atento às terminologias corretas e saber o que ressaltar e evitar, uma vez que esse é um tema delicado e que requer maior cuidado na construção da notícia.

REFERÊNCIAS

ANDI. **Exploração sexual de crianças e adolescentes: Guia de referência para a cobertura jornalística.** São Paulo: ANDI, 2013.

ANDRADE, I, LIMBERTI, R. **A exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes no discurso da mídia impressa de Mato Grosso do Sul.** Disponível em [http://www.mundodigital.unesp.br/revista/index.php/comunicacaomidiatica/article/view/335MatoGrosso do Sul](http://www.mundodigital.unesp.br/revista/index.php/comunicacaomidiatica/article/view/335MatoGrosso%20do%20Sul). Acesso: 30 de março de 2016.

FRANCISCATO, L. **Considerações metodológicas sobre a pesquisa aplicada em jornalismo.** Disponível em <http://docslide.com.br/documents/consideracoes-metodologicas-sobre-a-pesquisa-aplicada-em-jornalismo.html>. Acesso: 601 de abril de 2016.

LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

MARÔPO, L. **Direito das crianças em notícia: A Responsabilidade dos Jornalistas uma análise comparada Brasil-Portugal.** Disponível em http://www.academia.edu/8189115/Direito_das_Crian%C3%A7as_em_Not%C3%ADcia_A_Responsabilidade_dos_Jornalistas_Uma_An%C3%A1lise_Comparada_Brasil-Portugal_1Portugal, 2008. Acesso: 01 de abril de 2016.

MNCASA. **Reporting on Sexual Violence: A Guide for Journalists.** Disponível em <http://www.mncasa.org/assets/PDFs/2013MediaManual.pdf>. Acesso: 05 de abril de 2016.

PENA, F. **Teoria do Jornalismo.** São Paulo: Contexto, 2005.

RINGOOT, R. **Por que e como analisar o discurso no contexto dos estudos sobre jornalismo.** Disponível em https://www.researchgate.net/publication/281011651_Por_que_e_como_analisar_o_discurso_no_contexto_dos_estudos_sobre_jornalismo. Acesso: 09 de abril de 2016.

SILVEIRA, I. **Mídia, Infância e Violência sexual.** Disponível em <http://bdm.unb.br/handle/10483/749?mode=full>. Acesso: 10 de abril de 2016.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são.** Florianópolis: Insular, 2005.